



DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram - (31) 99881-4367

Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Conciliação em Minas é a maior do País

Pelo segundo ano consecutivo, o Relatório Justiça em Números do CNJ, divulgado no dia 27 de agosto, demonstra que o TJMG obteve o maior percentual de conciliação entre os tribunais de grande porte do País, em 2017. Com o empenho e dedicação da Magistratura mineira, o Tribunal alcançou o índice 18,8% de acordos. **PÁGINA 11**

HOMENAGEM A APOSENTADOS TEM DEFESA DA PARIDADE

IZABELA MACHADO



Maurício Soares com magistrados aposentados homenageados pela Amagis

Mais do que o reconhecimento a quem dedicou sua vida ao Judiciário, a homenagem da Amagis aos aposentados de 2017, realizada no dia 16 de agosto, foi marcada pela defesa da paridade entre ativos e inativos. **PÁGINAS 6 A 9**



PROGRAMA CHECK-UP É RENOVADO POR MAIS UM ANO - PÁGINA 28

Reposição
dos subsídios
avança

PÁGINA 3

Fóruns de BH
terão mais
segurança

PÁGINA 4

Integramagis
celebra o
Dia dos Pais

PÁGINA 26

Contagem regressiva para garantir direito constitucional

MAURÍCIO SOARES*

Estamos em contagem regressiva, até o final deste ano, para consolidar a atuação permanente e exclusivamente dedicada às causas da Magistratura, em especial a garantia de uma conquista que será, antes de tudo, um reconhecimento constitucional pela atualização monetária, ainda que parcial, dos vencimentos.

Mais do que a presença em Brasília, diálogo e interlocução junto ao STF e Congresso Nacional, a união das entidades integrantes da Frentas (Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público) tem sido fator determinante. Ao construir a unidade, reconhecemos e valorizamos a atuação integrada que é a face de 40 mil juízes e membros do MP nela representados.

subsídios no orçamento do Judiciário (2019) em 16,38%. Em função da mesma mobilização, o Governo federal manteve a proposta que encaminhou, no dia 31 de agosto, ao Congresso Nacional, que dará a palavra final até o encerramento do ano.

Não há mais possibilidade de cortes no orçamento e nem proibição de concessão da reposição. As conversações estão bem adiantadas de modo a consagrar a conquista, resgatando o direito constitucional e reduzindo parte da perda. Se a luta pela atualização sinaliza uma vitória parcial, iniciada em julho, quando excluimos a vedação a recomposições salariais no serviço público para 2019, precisamos manter a firmeza para evitar perdas e cortes de benefícios.

“Se a luta pela atualização sinaliza vitória parcial, precisamos manter a firmeza para evitar perdas e cortes de benefícios até o final do ano”

É imprescindível continuar agindo assim, até porque temos mais razões pela união do que para a divisão. Em nome dos grandes valores da sociedade, resistiremos contra a perda de direitos e prejuízos à nossa dignidade e orgulho na construção de um País melhor.

A recomposição inflacionária dos subsídios é uma das principais defesas que faremos até o final do ano para fazer justiça a toda a Magistratura, que, há quatro anos, é alvo de um institucional congelamento dos vencimentos, como se responsável fosse pelos desarranjos das contas públicas nacionais. A reposição deve ser feita em cumprimento à Constituição, que garante a irredutibilidade dos subsídios, além de ser uma forma de atenuar perdas acumuladas de mais de 40% no período.

Por conta de nossos esforços e intensa cobrança, o Supremo aprovou, em agosto, a inclusão da reposição dos

Outros temas estão em pauta, como ajuda de custo para moradia, a regulamentação do teto do funcionalismo público, paridade entre ativos e inativos. Além da atualização monetária, também é prioridade de nossa mobilização a conquista da parcela de valorização pelo tempo de Magistratura, premiando a dedicação à carreira. Todos os esforços estão sendo feitos nesse sentido.

Aqui, no Estado, atuamos também firmemente em favor dos aposentados. Não será por falta de defesa, iniciativa e de prioridade da Associação que as demandas deles deixarão de ser alcançadas, até porque não fazemos distinção ou dissociação nos debates e postura em defesa dos magistrados. Quaisquer discussões e conquistas para a Magistratura, temos a firme convicção de que passam, necessariamente, pela isonomia, igualdade e paridade. ■

(*) *Presidente da Amagis*

ÍNDICE DECISÃO!

Dirigentes discutem
correção dos subsídios
PÁG 03

Associação leva juízes
de Pará de Minas ao TJ
PÁG 04

Amagis atua na AL por
aprovação do orçamento
PÁG 05

Amagis reconhece e
valoriza aposentados
PÁG 06

Judiciário contra a
violência doméstica
PÁG 12

Juízes disputam
Torneio de Tênis
PÁG 15

Nova diretoria do Nutris
é eleita na Amagis
PÁG 17

Obra de Cabo Frio é vistoriada
PÁG 19

Magistrados mineiros
presentes em posse no STJ
PÁG 21

DECISÃO completa 200 edições
PÁG 22

+SAÚDE!

Integramagis aborda
qualidade de vida
PÁG 26

Amagis renova check-up
PÁG 28

JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



PRESIDENTE
Desembargador Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro
Vice-presidente Financeiro:
Desembargador Alberto Diniz Junior
Vice-presidente de Saúde:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto
Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas:
Juiz José Martinho Nunes Coelho

Vice-presidente do Interior:
Juiz Antônio Carlos Parreira
Vice-presidente Sociocultural-Esportivo:
Juiz Ricardo Torres Oliveira
Diretor-Secretário e de Comunicação:
Juiz Christyano Lucas Generoso

Rua Albite, 194 • Cruzeiro • Belo Horizonte • MG • Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br • www.amagis.com.br

Diretora-Subsecretária:
Juíza Rosimere das Graças do Couto
Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008
Jornalistas:
Georgina Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:
Agência Graffo
Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital
Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Dirigentes discutem correção dos subsídios

Tema foi debatido durante encontro nacional realizado pela AMB

AMB



Presidentes de Associações reunidos em Campos do Jordão

Em reuniões realizadas em agosto, a AMB e as Associações estaduais de magistrados, incluindo a Amagis, decidiram reforçar sua atuação em Brasília, neste segundo semestre, para garantir o envio de projeto de lei ao Congresso Nacional, incluindo a recomposição dos subsídios dos ministros do STF, em 16,38%, conforme proposta orçamentária aprovada na Corte para 2019, no dia 8 daquele mês.

Dez dias após aprovação da reposição pelo STF, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e mais 32 presidentes de Associações estaduais de todo o País participaram, nos dias 17 e 18 de agosto, do Encontro Nacional dos Presidentes de Associações Filiadas à AMB, realizada em uma das sedes da Associação Paulista de Magistrados, em Campos de Jordão, para discutir as estratégias de atuação em favor da tramitação da matéria em Brasília.

O envio do projeto de lei ao Congresso Nacional é necessário, para apreciação e votação dos parlamentares e senadores, antes da sanção presidencial. Para o presidente da Amagis, a recomposição, ainda que parcial, deve ser feita em cumprimento à Constituição, que garante a irredutibilidade dos subsídios, além de ser uma forma de atenuar perdas acumuladas pela Magistratura ao longo dos anos

em mais de 40%. Maurício Soares afirmou que as Associações manterão a atuação conjunta para garantir a restituição, tendo como princípio a valorização da classe.

Com esse compromisso, a Amagis e o TJMG, em um esforço conjunto obtiveram uma importante vitória para a Magistratura mineira no STF, onde foi, a pedido do relator, retirada de pauta a ação da Procuradoria Geral da República que questionava o auxílio-saúde.

O encontro nacional de presidentes de Associações estaduais de magistrados foi precedido das reuniões da Coordenadoria da Justiça Estadual da AMB, da Coordenadoria dos Aposentados e do Conselho

de Representantes da AMB, realizadas nos dias 7 e 8 de agosto. O presidente Maurício Soares foi representado pela vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Luzia Peixoto.

Durante as reuniões da Coordenadoria da Justiça Estadual e do Conselho de Representantes, além da recomposição dos subsídios, os dirigentes das associações formularam políticas de atuação sobre temas como a Resolução 219 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão

e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário.

Nos debates referentes aos direitos dos aposentados, a Amagis tem defendido a adoção da Valorização por Tempo da Magistratura, que corresponde ao antigo Adicional por Tempo de Serviço, e a paridade de direitos entre magistrados da ativa e inativos, conforme afirmou o presidente Maurício Soares na homenagem da Amagis aos aposentados da Magistratura mineira. (Leia mais na página 6). ■

AMAGIS



Luzia Peixoto e magistrados diante da sede do STF

Associação leva juízes de Pará de Minas ao TJ

Construção do novo fórum da comarca foi discutida no encontro

Com o objetivo de fortalecer e ampliar o diálogo entre os juízes das comarcas do interior e o TJMG, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, reuniu-se, no dia 16 de agosto, com o presidente do Tribunal, desembargador Nelson Missias, e juízes da Comarca de Pará de Minas (Grande BH).

Durante o encontro, foi discutida a construção do novo prédio do fórum da comarca. Para Maurício Soares, é importante que as novas unidades edificadas pelo TJMG, além de oferecer melhores condições de trabalho para os magistrados e de atendimento aos jurisdicionados, proporcione também mais segurança aos frequentadores dos fóruns. Atento ao pleito dos juízes de Pará de Minas, o presidente do Tribunal informou que os procedimentos administrativos para a construção do fórum já estão em andamento.

A diretora do foro de Pará de Minas, juíza Herilene de Oliveira

Maurício Soares e Nelson Missias com juízes de Pará de Minas

GEORGIA BACVAROFF



Andrade, ressaltou que, desde o início da gestão, os magistrados da comarca sempre foram bem recebidos pelo presidente da Amagis, que, segundo ela, tem se prontificado a levar adiante as reivindicações da primeira instância. A magistrada destacou ainda que o presidente do Tribunal demonstrou estar disposto a atender, sempre que possível, os pleitos da Magistratura. "Ficamos muito satisfeitos com a perspectiva

de construção do novo Fórum da Comarca", comentou.

Também participaram da reunião, os juízes Silmara Silva Barcelos, Gabriela Andrade de Alencar Ramos e Antônio Fortes de Pádua Neto, todos da Comarca de Pará de Minas, o desembargador Alberto Diniz, superintendente adjunto administrativo do TJMG, e o juiz Jair Francisco dos Santos, auxiliar da Presidência do Tribunal. ■

Sede do TJ e fóruns de BH receberão scanners de raios-X

Amagis busca a ampliação da segurança para mais prédios do Judiciário

Nos próximos meses, a segurança na sede do TJMG, do Fórum Lafayette e do Fórum da Raja Gabaglia deverá ser reforçada com a instalação de scanner de raios-X nas portarias de acesso dessas unidades, que serão utilizados para a inspeção do conteúdo de pastas, mochilas, sacolas e pacotes dos frequentadores dessas unidades.

O reforço da segurança nos prédios do Judiciário mineiro, da Magistratura, servidores e de todos os seus frequentadores é um ponto de discussão permanente entre as direções do Tribunal de Justiça e da Amagis, que defende a ampliação das medidas para todas as unidades

do TJMG da capital e do interior.

Os servidores que irão operar o equipamento foram capacitados para identificar os objetos que não podem ser portados nos prédios da Justiça, como armas de fogo, líquidos inflamáveis, facas, entre outros. Os aparelhos que entrarão em operação na sede do TJMG e nos fóruns de Belo Horizonte são similares aos utilizados nos aeroportos. ■

MARCELO ALBERT / TJMG



Fórum Lafayette, em Belo Horizonte

Amagis atua na AL por aprovação do orçamento

Proposta foi aprovada durante sessão do Órgão Especial do TJMG

Com a aprovação da proposta orçamentária do TJMG para o ano de 2019, pelo Órgão Especial, no dia 17 de agosto, a diretoria da Amagis acompanha a apreciação da matéria encaminhada à Secretaria de Estado e Planejamento e Gestão de Minas Gerais, ao mesmo tempo em que realiza os primeiros contatos com os deputados na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que darão a palavra final no plenário.

A proposta orçamentária aprovada pelo Órgão Especial incluiu a previsão de reformas e obras nas comarcas mineiras, de 2019 a 2024, que fazem parte do plano de obras do Tribunal.

Para as despesas com pessoal, custeio e investimentos estão previstos R\$ 7,6 bilhões. Para o Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, serão destinados R\$ 59 milhões para o próximo ano.

Como membro da Comissão de Orçamento, Planejamento e Fi-

Sessão do Órgão Especial do TJMG

GEORGIA BACVAROFF



nanças do TJMG, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou das discussões referentes ao cômputo de 2019, bem como tem acompanhado a execução orçamentária deste ano. Em outra frente de trabalho, a vice-presidente Administrativa da Associação, juíza Cristiana Gualberto, que integra o Comitê Regional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de

Jurisdição, tem atuado para garantir a valorização dessa instância do Judiciário.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária para 2019, a Amagis realizou diversas reuniões, nas quais contou com a consultoria do professor e parecerista Jair Santana, ex-magistrado e ex-superintendente de Orçamento do TJMG. ■

Presidente manifesta apoio a juízes

Maurício Soares repudiou críticas infundadas feitas a magistrados

Por meio de notas públicas, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares repudiou, em agosto, críticas infundadas aos juízes da Comarca de Araguari e da Comarca de Uberlândia, ambas no Triângulo Mineiro, e de Araçuaí (Jequitinhonha).

Nos documentos, Maurício Soares manifestou o apoio da Associação aos magistrados, afirmando que são juízes altamente qualificados, comprometidos com o cumprimento fiel da Constituição, cujas trajetórias não registram quaisquer atos que os

desabonem diante do TJMG, da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais ou do CNJ.

Sobre as críticas despropositadas, veiculadas no site do jornal 'Brasil de Fato', à juíza Luciana Mara de Faria, da 1ª Vara Cível, Criminal e das Execuções Penais e diretora do Foro da Comarca de Araçuaí, o presidente da Amagis contestou as informações divulgadas, considerando-as desprovidas de quaisquer critérios de apuração de notícias. "Abusaram da liberdade de expressão e recorreram à afronta, resvalando em crimes

de calúnia e difamação", afirmou Maurício Soares, que colocou o departamento jurídico da Associação à disposição.

Em relação às críticas inadequadas feitas ao juiz Paulo Roberto Caixeta, da 4ª Vara Criminal da Comarca de Uberlândia, em sessão do TJMG, o presidente da Amagis afirmou que "não se pode, nem se deve, sob o escudo da legítima atividade de defesa, prejudicar e censurar um magistrado que agiu, estritamente, no campo de suas prerrogativas ao exercer sua independência de julgar", disse. ■



Notas divulgadas pela Amagis

Amagis reconhece e valoriza aposentados

FOTOS: IZABELA MACHADO



Christyano Generoso, Maurício Soares e Mariângela Meyer na solenidade de homenagem aos aposentados

Reconhecimento e valorização. Foi essa a tônica da homenagem aos aposentados da Magistratura mineira no ano passado, realizada pela Amagis, no dia 16 de agosto, no auditório de sua sede, em Belo Horizonte, quando a diretoria da Associação reafirmou seu compromisso com a defesa da paridade de direitos entre magistrados da ativa e inativos.

Na saudação aos homenageados, seus familiares e convidados, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, observou que a noite tinha um caráter festivo por celebrar a dedicação à carreira pelos magistrados, que, ao longo da trajetória na judicatura, construíram e realizaram sonhos.

Solenidade reuniu magistrados da ativa e inativos no auditório da Associação

Ao mesmo tempo, o presidente da Amagis destacou a importância de conquistas, como a obtida na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Congresso Nacional, quando a AMB e as Associações estaduais, entre elas a Amagis, alcançaram importante vitória ao excluir o artigo que vedava a possibilidade de recomposição para todo o servidor público. Entre os desafios, Maurício Soares garantiu que todos os esforços estão sendo feitos para o resgate do ATS enquanto parcela de valorização pelo tempo de Magistratura.

Em um breve balanço, o presidente da

Amagis falou sobre a reunião, no dia 31 de julho, com o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, que garantiu empreender todos os esforços para preservar as conquistas históricas da classe, sem perdas de direitos.

“Não será por falta de defesa, iniciativa e de prioridade da Associação que as demandas dos aposentados deixarão de ser alcançadas, até porque não fazemos distinção ou dissociação nos debates e postura em defesa dos magistrados. Quaisquer discussões e conquistas para a Magistratura, temos a firme convicção, passam,

necessariamente, pela isonomia, igualdade e paridade”, reafirmou Maurício Soares.

O diretor-secretário e diretor de Comunicação da Amagis, juiz Christyano Generoso, ressaltou a importância da união da classe e afirmou que o papel da Associação é amparar todos os associados. Os magistrados que não estão mais na ativa, podem ter a certeza, disse ele, de que a Amagis também visa protegê-los e, juntamente com as Associações de todo o País, tem lutado para garantir a paridade de direitos. “A Amagis é um lugar dos aposentados e a sua participação no associativismo é importante para nós”, disse.

Ao falar em nome dos agraciados, o juiz Agnaldo Rodrigues Pereira agradeceu o convite da Amagis para ser o orador e defendeu a valorização da classe. Observou que, hoje, a Magistratura sofre agressões e incompreensões por parte de diversos setores da sociedade e, segundo ele, cabe às Associações de magistrados unirem forças para a democratização do Poder Judiciário e a defesa da igualdade de direitos entre os magistrados, ativos e inativos, pois todos são iguais e devem receber idênticos tratamentos.

O magistrado lamentou ainda a aposentadoria e exonerações voluntárias precoces de juízes tão experimentados e capacitados. “Os juízes aposentados ou inativos ainda muito podem contribuir com as suas experiências. Calha, por oportuno, invocar, mais uma vez, a atuação de nossas Associações de classe, fórum próprio para a colheita de sugestões e fomento ao debate, a fim de viabilizar a utilização dessa importante força de trabalho dos inativos e a valorização da carreira dos ativos”, pontuou.

A desembargadora Mariângela Meyer, 3ª vice-presidente do TJMG, que representou o presidente do Tribunal na solenidade, disse ficar muito triste com a aposentadoria

dos magistrados, apesar de muito novos, com experiência, formação e capacidade para continuarem trabalhando. Por outro lado, reconheceu que podem, na aposentadoria, abraçar sonhos que estavam por realizar. Na avaliação dela, para integrar aqueles que se aposentam, a Amagis tem sempre que ser o ponto de encontro e união entre eles e os magistrados da ativa.

Para o desembargador aposentado José Carmo da Veiga, um dos homenageados da noite, o momento é de continuidade das atividades associativas, pois é preciso unir esforços, sem regionalismo, e participar ativamente da busca da manutenção de tudo o que foi conquistado durante anos. “Isso é muito relevante, porque nós temos muito que fazer pela nossa classe, pela Magistratura brasileira”, comentou.

Na avaliação do juiz aposentado Auro Aparecido Maia de Andrade, também agraciado pela Amagis, o momento exige também que a sociedade volte seus olhos não só para eventuais críticas a classe, mas também para a importância dos serviços prestados pela Magistratura para a coletividade. “Somos servidores públicos que buscamos a pacificação social em toda sua extensão”, reconheceu. ■



Agraciados durante cerimônia no auditório



Agnaldo Rodrigues, Christyano Generoso e Maurício Soares

MAGISTRADOS HOMENAGEADOS

- ▶ **Américo Freitas de Jesus**
- ▶ **José Edair de Oliveira**
- ▶ **João Batista Simeão da Silva**
- ▶ **Auro Aparecido Maia de Andrade**
- ▶ **Joaquim Cardoso de Campos Valladares**
- ▶ **Marcos Irany Rodrigues da Conceição**
- ▶ **Willys Vilas Boas**
- ▶ **Márcio Vani Bemfica**
- ▶ **Wagner Alcântara Pereira**
- ▶ **Olson Nunes dos Santos Hoffmann Schmitt**
- ▶ **Geraldo Carlos Campos**
- ▶ **Agnaldo Rodrigues Pereira**
- ▶ **Antônio Carneiro da Silva**
- ▶ **Ramon Moreira**
- ▶ **Guilherme Queiroz Lacerda**
- ▶ **Arsênio Pinto Neto**
- ▶ **José do Carmo Veiga de Oliveira**
- ▶ **Sílvia Rodrigues de Oliveira Brito**
- ▶ **Christiane de Almeida Alvim**
- ▶ **Maria Cecília Gollner Stephan**
- ▶ **Angélique Ribeiro de Souza**
- ▶ **Marli Maria Braga Andrade**
- ▶ **Bernadete Portugal Simão**
- ▶ **Heloísa Helena de Ruiz Combat**



Entrega da homenagem aos aposentados

FOTOS: IZABELA MACHADO



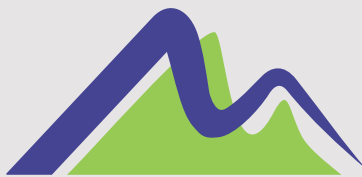
Entrega da homenagem aos aposentados



Realize LEILÃO com quem é AUTORIDADE no assunto



jonasleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



lucasleiloeiro.com.br

ESPECIALISTAS NA REALIZAÇÃO DE LEILÃO ONLINE



Confira Nossa Agenda de Leilões

TERÇA-FEIRA SETEMBRO 04  2ª Vara do Trabalho Divinópolis	TERÇA-FEIRA SETEMBRO 04  3ª Vara Cível Divinópolis	QUARTA-FEIRA SETEMBRO 05  Vara do Trabalho Diamantina	
QUARTA-FEIRA SETEMBRO 05  Vara Única Caconde	QUINTA-FEIRA SETEMBRO 06  Vara Única Baependi	QUARTA-FEIRA SETEMBRO 12  2ª Vara do Trabalho Alfenas	SEGUNDA-FEIRA SETEMBRO 17  Vara do Trabalho Itaúna
SEGUNDA-FEIRA SETEMBRO 17  26ª Vara Federal Belo Horizonte	TERÇA-FEIRA SETEMBRO 18  Vara do Trabalho Bom Despacho	QUINTA-FEIRA SETEMBRO 27  1ª Vara Cível Contagem	

37 3242-2218 | 37 9862-5653 
leiloesmg@leiloesmg.com.br



GRUPO CRÉDITO

Administração judicial com atuação
em diversas comarcas:

Jacutinga/MG

Carmo do Cajuru/MG

Muzambinho/MG

Pirapora/MG

Passa Quatro/MG

dentre outras...

Justiça mineira é campeã em conciliação

Mais uma vez, o TJMG ficou à frente entre os tribunais de grande porte

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) obteve o maior índice de conciliação - 18,8% -, no ano de 2017, entre os tribunais de grande porte do País, de acordo com o Relatório Justiça em Números, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no dia 27 de agosto.

Segundo o documento, o tribunal mineiro também alcançou o maior índice de conciliação no 1º grau, com o percentual de 20,7% de acordos. Na fase de execução, o índice foi de 11,9% e na de conhecimento, de 24,5%.

Em toda a Justiça do País, havia, ao final de 2017, 982 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) instalados. Minas Gerais encerrou o ano com 123 Cejuscs.

EXECUÇÃO FISCAL

Em 2017, o TJMG também foi o tribunal, entre os de grande porte, que menos registrou execuções fiscais pendentes: 563 mil. Historicamente, as execuções fiscais têm sido apontadas como um dos principais fatores de morosidade do Poder Judiciário. De acordo com o Justiça em Números, os processos de execução fiscal

representam, aproximadamente, 39% do total de casos pendentes e 74% das execuções pendentes do Poder Judiciário, com taxa de congestionamento de 91,7%.

Com relação às taxas de congestionamento na execução fiscal, Minas Gerais também saiu na frente. Entre os maiores tribunais de Justiça do País, o TJMG é o que registrou o menor índice no ano passado: 79%, contra 95% do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Outro destaque do tribunal mineiro no Justiça em Números 2018, ano base 2017, foi o índice de recorribilidade. Entre os tribunais de grande porte, o de Minas registrou em 2017 o menor índice de recorribilidade: 4,1%, de recorribilidade externa (instância superior) e 8,3%, interna (órgão julgador). O volume de recursos judiciais é um dos entraves à agilidade processual.

O Índice de Atendimento à Demanda da Justiça estadual mineira, que verifica se o tribunal foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos, foi outro dado expressivo: 102,7% em 2017. Isso significa que os magistrados mineiros julgaram mais processos que os distribuídos em 2017: 1.804,222 distribuídos e 1.853,772 baixados. ■

RENATA CALDEIRA / TJMG



Fórum da Raja Gabaglia

A AMAGIS RENOVOU O PROGRAMA CHECK-UP POR MAIS 1 ANO



Por conta da ampla adesão e aprovação dos associados, o Conselho Gestor de Saúde da Amagis decidiu renovar o Programa Check-Up por mais um ano. O programa é uma iniciativa pioneira da Amagis e é destinado a todos os usuários da Amagis Saúde (titulares, dependentes e agregados) que tenham 35 anos de idade ou mais. O Check-Up deve ser feito no mês de aniversário do usuário.

RÁPIDO, FÁCIL E GRATUITO

Saiba mais em www.amagissaude.com.br



JUDICIÁRIO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Magistrados fortalecem ações em defesa da mulher e pela paz em casa



Mais de 145 mil mulheres foram vítimas de violência em Minas Gerais no ano de 2017

GEORGIA BAÇVAROFF E IZABELA MACHADO

Eu quero e eu preciso de Justiça". Foi com esse pensamento que Eliane Soares, 42 anos, decidiu que não iria mais ficar calada diante da violência que estava sofrendo, havia um ano. Técnica em enfermagem e morando em Belo Horizonte, Eliane não poderia imaginar pelo que iria passar ao lado de uma pessoa em quem ela confiava e que escolheu para dividir sua vida. As violências começaram devagar, com agressões verbais seguidas de arrependimentos. "Eu achava que não era nada grave e que não iria acontecer comigo", contou.

Quando as coisas começaram a piorar e as violências foram ficando mais intensas, Eliane decidiu que precisava de ajuda e foi buscar o apoio da Justiça. **"Fiquei com muito medo de agir, diante de tantos casos que a gente escuta falar, mas se eu não fizesse nada, poderia acabar sendo mais uma estatística"**, desabafou. As marcas que ficaram no corpo, resultado de queimaduras que sofreu por conta da violência doméstica, a fazem lembrar tudo o que passou, mas, em contrapartida, demonstram também sua força e persistência em optar pela luta contra aquilo que lhe fazia mal.

"A Justiça atendeu ao meu pedido de socorro, e agradeço muito a todo o sistema de Justiça. Desde o momento em que fui à delegacia até o julgamento e a sentença. Essa tranquilidade me foi trazida pela Justiça mineira, foi o que me deu

e me dá muita força", disse Eliane Soares.

Caso semelhante aconteceu com Rosemary Hermogenes, 51 anos, que conseguiu dar a volta por cima. Depois de perder a irmã, vítima da violência doméstica,

Rosemary, que sofreu agressões físicas e verbais durante toda a sua vida – a violência doméstica começou quando era criança, vendo seu pai agredindo sua mãe – decidiu colocar um ponto final nesse sofrimento. Ela recordou a época em que ela e a irmã não tinham coragem de denunciar e sofriam ameaças quando manifestavam o desejo de fazer isso. Depois de perder a irmã, ela foi atrás da Justiça e, hoje, seu ex-cunhado está preso. Ela também se separou de quem a agredia e chama a atenção para o fato de que a violência doméstica não escolhe classe nem cor. "A violência pode estar em todos os lugares", disse. Para Rosemary, o acolhimento no Judiciário é fundamental para que a mulher encontre forças, e sua resposta frente às denúncias é o que traz alívio.

PAZ EM CASA

A violência doméstica e o feminicídio foram abordados intensivamente pelos tribunais de todo o País entre os dias 20 e 24 de agosto, durante a 11ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, campa-

nha proposta pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em Minas Gerais, somente no ano de 2017, mais de 145 mil mulheres foram vítimas de violência doméstica, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

No TJMG, assim como em outros tribunais, foram priorizadas as audiências referentes à violência doméstica e, em especial, o crime de feminicídio, considerado hediondo por ser cometido em razão da condição do sexo feminino.

ENFRENTAMENTO

Superintendente da Coordenação da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv) do TJMG, a desembargadora Alice Birchall participou da abertura da Semana da Justiça pela Paz em Casa e destacou a questão do preconceito e do silêncio. Para a magistrada, existe uma dependência - psicológica, emocional e financeira - muito grande que impede a mulher de denunciar. "Levantar e debater esse assunto, bem como realizar campanhas educativas, são trabalhos que mostram a preocupação dos tribunais de Justiça com a questão da violência doméstica. O Poder Judiciário está empenhado nisso. Devemos esquecer as homenagens e os debates apenas em datas comemorativas e tratar a questão da mulher em uma agenda comum, durante todo o ano, para que possamos falar mais sobre isso", defendeu.

Nesse contexto, é fundamental que os magistrados estejam preparados para receber essas demandas. Pensando nisso, a desembargadora Kárin Emmerich, integrante do Comitê Técnico Gestor da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) do TJMG, falou sobre o empenho da Escola nesse sentido. "A Ejef oferece cursos de capacitação no combate à violência doméstica para os juízes da ativa. Estamos trabalhando na implementação de um curso para aqueles magistrados que vão ingressar na carreira", adiantou.

De acordo com a desembargadora, é objetivo do Judiciário aprimorar, cada vez mais, a capacitação do magistrado que vai receber essa vítima. "O Judiciário é o último grito de socorro da vítima de violência doméstica,

é onde ela busca apoio quando não tem mais saída. Não podemos virar as costas para essa mulher, e temos que oferecer a ela um olhar diferenciado, um acolhimento e um fortalecimento", argumentou.

Nos últimos anos, o TJMG investiu em parcerias para atuar na recuperação e reeducação do agressor, por meio do encaminhamento dele a grupos de reflexão conveniados com a Justiça estadual. Também foi ampliada a competência das varas criminais da Comarca de Belo Horizonte especializadas no combate à violência doméstica. De acordo com o TJMG, nas ações e processos decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Maria da Penha, esses juizados passaram a ter permissão para homologar acordos que envolvem direito de família.

AUDIÊNCIAS DE FORTALECIMENTO

O juiz Marcelo Gonçalves de Paula, titular do 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar de Belo Horizonte, implantou uma metodologia inédita que vem sendo utilizada por ele na solução desse tipo de conflito na capital. Batizada de "audiência de fortalecimento", a prática dá oportunidade à mulher de dizer ao agressor, que só escuta, tudo aquilo que sempre a incomodou e a oprimiu durante o tempo em que tiveram um relacionamento conturbado.

Essa modalidade de audiência é empregada nos casos em que o agressor é reincidente no descumprimento de medidas protetivas já aplicadas anteriormente. "Ela fala; ele escuta, somente", contou o juiz Marcelo de Paula. Em cada caso, a conveniência de realizar esse tipo de audiência é avaliada pelo Ministério Público (MP), pela Defensoria Pública (DP) e pelo juiz, e deve haver consenso.

De acordo com o magistrado, a prática tem o objetivo de desconstituir uma das principais bases do machismo, que é a submissão. Nesse contexto, a proposta do projeto é estimular "a inversão dos valores vigentes, fazendo com que a mulher saia da posição de vítima e assuma um papel de protagonista da mudança", esclareceu Marcelo de Paula.

A ideia para criar esse procedimento, segundo o juiz, veio depois de ele observar a relação entre agressor e vítima. O magistrado percebeu que uma das grandes bases da re-

**"DEVEMOS
ESQUECER AS
HOMENAGENS
E OS DEBATES
APENAS EM DATAS
COMEMORATIVAS E
TRATAR A QUESTÃO
DA MULHER EM UMA
AGENDA COMUM,
DURANTE TODO O
ANO, PARA QUE
POSSAMOS FALAR
MAIS SOBRE ISSO"**

DESEMBARGADORA
ALICE BIRCHALL

**"O JUDICIÁRIO É O
ÚLTIMO GRITO DE
SOCORRO DA VÍTIMA
DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA, É ONDE
ELA BUSCA APOIO
QUANDO NÃO TEM
MAIS SAÍDA. NÃO
PODEMOS VIRAR AS
COSTAS PARA ESSA
MULHER"**

DESEMBARGADORA
KÁRIN EMMERICH

**"A UNIÃO FAZ A
FORÇA, E A CASA DA
JUSTIÇA ESTÁ COM
AS PORTAS ABERTAS
PARA RECEBER
TODAS AS REDES DE
ENFRENTAMENTO
À VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA. UMA
MULHER SOZINHA
PODE SER MAIS
FRÁGIL. MAS, SE ELA
ESTIVER AO LADO DE
MUITAS, ELA SERÁ
FORTE"**

JUÍZA MARIXA
FABIANE LOPES

**"A INVERSÃO DOS
VALORES VIGENTES
[NA AUDIÊNCIA DE
FORTALECIMENTO],
FAZENDO COM QUE
A MULHER SAIA DA
POSIÇÃO DE VÍTIMA
E ASSUMA UM PAPEL
DE PROTAGONISTA
DA MUDANÇA"**

JUIZ MARCELO
GONÇALVES DE PAULA

lação que resulta em um ato de violência é a submissão, além da consciência, por parte do agressor, do medo que a vítima sente dele.

METODOLOGIA

Na audiência, a mulher é convidada a falar o que quiser. A metodologia proposta muda paradigmas no atendimento dado pelo Estado à mulher em situação de violência doméstica. Até então, contou o juiz, vítima e agressor não se encontravam, preferencialmente. Para ele, no entanto, em determinados casos é importante que esse encontro aconteça.

Marcelo de Paula afirmou que, depois desse encontro, o agressor é obrigado a frequentar os grupos reflexivos promovidos pela Polícia Civil. As sessões, em grupo, são realizadas com o apoio de uma equipe multidisciplinar. Já a mulher é encaminhada para um instituto de apoio, que também conta com uma equipe multidisciplinar e é ligado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese). Após essas etapas, o juiz retoma o caso e avalia se outras medidas precisam ser tomadas.

VALE DO RIO DOCE

Na Comarca de Guanhães, no Vale do Rio Doce, diversas atividades foram desenvolvidas, durante o mês de agosto, visando o combate à violência doméstica. A juíza da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude, Aline Damasceno Pereira de Sena, contou que as iniciativas abrangeram três eixos: institucional, educacional e cultural.

Dentre as ações, um protocolo foi assinado entre segmentos da sociedade local para o atendimento às vítimas de violência doméstica, tendo como ponto central a articulação de uma rede de proteção permanente, com canais de comunicação simplificados e um atendimento humanizado e ágil para ações preventivas. Além disso, ações foram organizadas em parceria com o Poder Executivo, Conselhos Tutelares, Polícias Militar e Civil, Defensoria Pública, OAB-MG, Ministério Público e setores da sociedade civil, visando o atendimento e o enfrentamento constante à violência doméstica.

Para Aline Damasceno Pereira de Sena, a questão da violência

doméstica exige muito mais do que a simples atuação repressiva do Poder Judiciário, pois as raízes desse problema estão relacionadas a uma cultura que estimula a reprodução de comportamentos violentos em relação às mulheres. “As ações realizadas em agosto nos deram enorme satisfação por atuarem sob o viés preventivo e de contenção da progressividade da violência, demonstrando às atuais e futuras gerações que é possível a construção de um relacionamento amoroso e familiar saudável, e que, com isso, ganham a família e toda a comunidade”, afirmou a magistrada.

Em agosto, também foi promovido na comarca mais um encontro do 13º Grupo Reflexivo de Autores da Violência Doméstica, em que temas relacionados à violência foram debatidos, como aplicação de medidas protetivas e implicação de condutas. Esse projeto já existe na comarca há cerca de dois anos. Também foi feita a exposição fotográfica “Ajudem Aquela”, patrocinada pelo Coletivo “Filhas de Frida”, no Fórum de Guanhães. Voluntárias foram maquiadas com temas alusivos à violência doméstica e foram fotografadas. No mesmo dia, foi exibido o filme “Eu não sou um homem fácil”.

Além disso, a juíza Aline Damasceno e o promotor Luciano Sotero Santiago ministraram uma palestra sobre os dispositivos da Lei Maria da Penha e os tipos de violência doméstica contra a mulher para adolescentes da rede pública de ensino de Guanhães.

UNIÃO

A juíza presidente do 1º Tribunal do Júri de Belo Horizonte, Marixa Fabiane Lopes, participou da Semana pela Paz em Casa, na capital mineira, e falou ao DECISÃO sobre a importância da união de todos em prol do combate à violência doméstica. “A união faz a força, e a Casa da Justiça está com as portas abertas para receber todas as redes de enfrentamento à violência doméstica. Uma mulher sozinha pode ser mais frágil. Mas, se ela estiver ao lado de muitas, ela será forte”, disse ela, acrescentando a dicotomia presente nos júris. “Se, por um lado, ele representa dor e tristeza de familiares de uma vítima fatal do feminicídio, por outro, simboliza a realização da Justiça. É diante deste plenário, composto por jurados, que haverá a realização da Justiça; é onde os cidadãos dirão qual Justiça querem para si”, apontou. ■

BALANÇO DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA NO TJMG

- ▶ Audiências preliminares: 239
- ▶ Audiências de instrução: 787
- ▶ Despachos proferidos: 4.529
- ▶ Medidas protetivas: 136
- ▶ Sessões do Júri: 2
- ▶ Processos com sentença ou decisão: 1.588
- ▶ Casos pendentes de conhecimento em violência doméstica contra a mulher: 96.534
- ▶ Total de sentenças de conhecimento com resolução de mérito em violência doméstica contra a mulher: 694
- ▶ Total de Sentenças de Conhecimento sem resolução de mérito em violência doméstica contra a mulher: 35
- ▶ Casos pendentes de conhecimento criminais em feminicídio: 1.509
- ▶ Total de Sentenças de Conhecimento Criminais com resolução de mérito em feminicídio: 22
- ▶ Total de Sentenças de Conhecimento Criminais sem resolução de mérito em feminicídio: 0

Fonte: TJMG

Juízes disputam torneio de tênis

Competição deverá fazer parte da agenda da Amagis para os próximos anos



Maurício Soares, Alberto Diniz e Luzia Peixôto com juízes na entrega dos troféus

Mais de 40 magistrados e seus familiares, vindos de diferentes comarcas mineiras, participaram, dos dias 31 de agosto a 2 de setembro, do “II Torneio de Tênis – Juíza Andréa Foureaux”, promovido pela Amagis com o objetivo de, por meio do incentivo ao esporte, estimular hábitos de vida saudáveis e promover o conagraçamento entre os seus associados.

Na entrega da premiação, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, que estava acompanhado do vice-presidente Financeiro, desembargador Alberto Diniz, e da vice-presidente de Saúde, juíza Luzia Peixôto, destacou que a boa participação dos magistrados na competição faz com que o Torneio de Tênis seja incluído na agenda da Associação para os próximos anos.

Maurício Soares falou ainda sobre a homenagem feita à juíza Andréa Foureaux, falecida no dia 6 de junho de 2017, praticante da modalidade e que participou do primeiro torneio de tênis organizado pela Associação, ano passado. “Tivemos

a ideia para este ano, fazer uma homenagem à Andréa, dando o nome dela ao Torneio, que todos sentimos sua falta e que deixou belas lembranças, com muita alegria”, afirmou.

No encerramento da competição, a juíza Cláudia Helena Batista, diretora de Esportes Especializados da Amagis, leu um texto em memória da juíza Andréa Foureaux, no qual estende a homenagem aos familiares da magistrada falecida e fala a todos sobre a importância da amizade. “Quero muito acreditar que ela [Andréa Foureaux] está aqui conosco, e vai poder nos ajudar a levar com leveza, carinho e beleza o resto de nossas vidas”, disse.

Durante os três dias de competição, os magistrados e seus familiares pisaram no saibro para disputar partidas nas modalidades avançado e intermediário masculino, feminino, duplas mista e masculino. Veja abaixo quem foram os ganhadores do “II Torneio de Tênis – Juíza Andréa Foureaux”. ■

CAMPEÕES DO 2º TORNEIO DE TÊNIS DA AMAGIS

- | | | | | |
|---|--|--|--|---|
| ▶ Categoria Feminino
Olinda Saruhashi
(esposa do juiz Jefferson Saruhashi) | ▶ Categoria avançado
João Pedro
(filho do juiz João Paulo Júnior) | ▶ Categoria Intermediária
Juiz Adalberto Rodrigues | ▶ Dupla Masculina
Juízes Thiago Gandra e Otávio Pinheiro | ▶ Dupla Mista
Luciana Campos e João Pedro
(filhos do juiz João Paulo Júnior) |
|---|--|--|--|---|



AMAGIS

Francisco Ricardo Sales Costa

Hoje, quais são os principais desafios para os Juizados Especiais?

O Juizado Especial é uma das grandes ferramentas disponibilizadas à sociedade em homenagem ao postulado constitucional do acesso à Justiça. E essa é uma questão que se apresenta verdadeiramente para o Judiciário. Os desafios são múltiplos: desde o recebimento do cidadão que busca o Judiciário sem preparação e conhecimento da questão jurídica propriamente dita que o seu conflito encerra, até o momento de devolver em prazo útil esse conflito devidamente equacionado. É um caminho longo, e nós investimos para que ele seja reduzido ao menor tempo possível.

Como conciliar a excessiva demanda com a qualidade na prestação jurisdicional?

É uma equação de difícil equilíbrio. Na verdade, nós temos um ingresso expressivo de ações. Atualmente, em Belo Horizonte, existem pouco mais de 103 mil ações em curso. Esse número corresponde a um fluxo muito grande de pessoas e audiências. A concatenação disso tudo, de modo que nós consigamos trabalhar em rede com o objetivo de melhor equacionar os procedimentos e, mais rapidamente, chegar ao

seu final, é um grande desafio. Portanto, partimos da preocupação do Tribunal de oferecer o melhor atendimento possível ao cidadão.

Por exemplo, na nossa atermação, momento em que nós recebemos, pela primeira vez, o cidadão com o seu conflito, nós preferimos que ele seja atendido pelo próprio Tribunal de Justiça de modo que o nosso servidor ou estagiário, capacitado, segundo orientação do Conselho Nacional de Justiça, possa dar esse atendimento qualitativo ao cidadão.

Quais os níveis de competência dos Juizados Especiais?

Recentemente, nós passamos por uma redefinição de competência para melhor adequar o nosso suporte às demandas que aportam todos os dias nos Juizados Especiais. Entre as competências, estão aquelas ligadas a conflitos envolvendo relações de consumo, questões de vizinhança e interpessoais. Temos também competência para acudir as demandas manejadas por empresas de pequeno porte e microempresas e acidentados de trânsito. Há ainda competência ligada aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, uma para os Juizados Criminais e Especiais Criminais, além de contarmos com um foro regional, no Barreiro (oeste da

capital), no qual temos uma magistrada ligada à competência dos juizados especiais.

A experiência de 23 anos do juizado contribuiu para a elaboração do novo CPC?

Sem dúvida. Na medida em que o novo Código de Processo Civil investe maciçamente na conciliação, sem dúvida alguma, espelha-se nos resultados dos Juizados Especiais. Para nós, é sempre um alento enxergar esse novo viés da utilização dos métodos adequados da solução de conflitos. A sentença imposta é um remédio amargo que a sociedade, cada vez mais, repele. Todo mundo quer participar, cada vez mais, da construção do seu próprio dissídio, e eu acho que é nisso que nós temos que investir.

O Judiciário age para não precisar atuar no conflito?

A turma contemporânea costuma focalizar o Judiciário como um fórum multiportas. O que significa isso? Que nós tenhamos, dentro do nosso portfólio, vários tipos de processos e procedimentos de maneira que os conflitos possam ser encaminhados de acordo com a melhor forma de equacioná-los. Nem todos, evidentemente, serão aptos a uma solução conciliatória, mas grande parte deles é. ■

Um reconhecimento ao postulado constitucional da universalização do acesso à Justiça. É com essa importância, que o desembargador convocado Francisco Ricardo Sales Costa, que coordenou os Juizados Especiais de Belo Horizonte, compreende o trabalho desenvolvido pelos magistrados nesses órgãos do Judiciário, a fim de equacionar os conflitos dos cidadãos. O magistrado avaliou que os desafios para alcançar esse objetivo no menor tempo possível são muitos, mas entende que, com o melhor atendimento possível aos jurisdicionados, é possível encontrar uma solução conciliatória para grande parte dos conflitos jurídicos.

O Juizado Especial é uma das grandes ferramentas disponibilizadas à sociedade em homenagem ao postulado constitucional da universalização do acesso à Justiça.

Na medida em que o novo Código de Processo Civil investe maciçamente na conciliação, sem dúvida alguma, espelha-se nos resultados dos Juizados Especiais.

Nova diretoria do Núcleo é eleita na Amagis

Gestão terá pela frente o desafio de ampliar as instalações do Nutris

Com o desafio de dar continuidade à ampliação das instalações do Núcleo de Trabalho de Integração Social (Nutris), a nova diretoria da instituição foi eleita, no dia 28 de junho, durante reunião realizada na sede da Amagis.

O presidente eleito foi o servidor do TJMG, Ronaldo Ribeiro. A diretoria será composta ainda pelo desembargador Guilherme Luciano Baeta Nunes, a pensionista Delenda de Faria Campos, além de Beth Vaz de Mello, Marco Aurélio Bueno e Francisca Alves, do TJMG. A reunião foi presidida pela diretora de Pensionistas da Associação, Marlene Fernandes, que ocupará a vice-presidência da instituição.

Reunião foi realizada na sede da Amagis

GEORGIA BACVAROFF



Além de manter as atividades do Nutris, os dirigentes têm ainda sob sua responsabilidade o funcionamento do Núcleo de

Arte e Cultura, que atende a adolescentes.

Para desenvolver seu trabalho, a diretoria conta com o apoio

de 14 funcionárias, entre coordenadoras, professoras, cozinheiras e faxineiras, além das contribuições dos magistrados. ■

Nutris promove educação infantil

Semana nacional valoriza formação das crianças em todo o País

O Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris) promoveu, dos dias 20 a 24 de agosto, a Semana Nacional da Educação Infantil, instituída pela lei 12.602/12, com o objetivo de valorizar essa etapa da formação básica, na qual se busca o desenvolvimento integral de crianças de até seis anos de idade, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, conforme orienta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Segundo Sandra Mendes Lopes, coordenadora pedagógica do Nutris, todas as atividades realizadas utilizam o lúdico com fins pedagógicos. Ela citou, por exemplo, a



Ligue para (31) 3079-3471 ou (31) 3485-6035 e contribua com o Nutris e o NAC.

confeção do Livrão pelas turmas da creche durante a semana. Orientados pelos professores, os alunos remontaram uma história infantil, estimulando assim o gosto pela literatura.

Ainda de acordo com a pedagoga, brincadeiras como ciranda de roda foram realizadas como uma forma de contraponto ao uso excessivo da tecnologia feito pelas crianças nos dias de hoje. ■

AMAGIS



Educadoras e alunos do Nutris

RÁPIDAS

★ O desembargador Elias Camilo Sobrinho tomou posse, no dia 1º de agosto, como ouvidor do TJMG. Na mesma cerimônia, a desembargadora Juliana Campos Horta de Andrade foi empossada no cargo de ouvidora substituta. O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou da solenidade.

★ A juíza Lillian Maciel Santos tomou posse, no dia 9 de agosto, como desembargadora convocada no TJMG e passou a integrar a 8ª Câmara Cível, onde substitui o desembargador Paulo Balbino, que está de licença médica.

★ A juíza Edna Márcia Lopes Caetano, diretora do Foro da Comarca de Santa Luzia (Grande BH) e coordenadora do Cejusc local, foi agraciada, no dia 20 de agosto, com a Láurea Cruz da Batalha de Santa Luzia. A solenidade de entrega da comenda foi presidida pelo desembargador Marcos Henrique Caldeira Brant.

O PAPEL DO COMPLIANCE NO PODER JUDICIÁRIO

TJMG instituiu o Processo Administrativo de Responsabilização

NELSON MISSIAS DE MORAIS*

Episódios relativamente recentes da vida nacional, envolvendo relações pouco republicanas entre agentes públicos e setores empresariais, com desdobramentos criminais e políticos, têm levado a administração pública a rever alguns conceitos e práticas ultrapassados, ainda que legais, para se adaptar aos novos tempos. Entre os conceitos e práticas que começam a ser assimilados está o da compliance pública, já tornada obrigatória no Executivo Federal, com base na Lei 12.846 (Anticorrupção), de 2013, e no Decreto 9.203, de novembro de 2017, e em alguns estados e municípios. No Poder Judiciário, onde se praticam diuturnamente atos de gestão, há também necessidade de movimentos nesse sentido.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais sai na frente e acaba de instituir, por resolução, o seu Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), por meio do qual irá apurar regularmente a responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas que praticarem atos lesivos contra a administração pública, no que se

refere ao Judiciário. A resolução do TJMG prevê a criação de órgão especial para exercer as atividades de controladoria — outro órgão fundamental para a contenção de práticas danosas à administração —, mas, até que ele seja efetivado, haverá designação de comissão especial para este fim, com poderes para instaurar os procedimentos de apuração, celebrar acordos de leniência e aplicar sanções administrativas.

“EMBORA O CONCEITO DE COMPLIANCE NÃO SEJA EXATAMENTE NOVO E SIGNIFIQUE “ESTAR EM CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS EXTERNOS E INTERNOS”, SUA ASSIMILAÇÃO PELO PODER PÚBLICO BRASILEIRO, DE FORMA ORGÂNICA, TEM POTENCIAL PARA TRAZER RESULTADOS POSITIVOS NOS MÉDIO E LONGO PRAZOS”

Embora o conceito de compliance não seja exatamente novo e signifique “estar em conformidade com leis e regulamentos externos e internos”, sua assimilação pelo poder público brasileiro, de forma orgânica, tem potencial para trazer resultados positivos nos médio e longo prazos, por reafirmar a indispensável obrigação de que os agentes públicos ajam o tempo todo com lisura absoluta e com olhos voltados apenas para a

“NOSSA MOTIVAÇÃO PARA ADOTAR ESSA MEDIDA É RESULTADO DA CONSCIÊNCIA DE QUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TEM POR OBRIGAÇÃO ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DOS MECANISMOS MODERNOS DE GESTÃO, PARA OFERECER O MELHOR SERVIÇO POSSÍVEL AO CIDADÃO”

correta execução das políticas para as quais estão responsabilizados.

Compliance não poderá nem deverá ser confundido com mecanismos de fiscalização autoritária, de espionagem ou de punição prévia a eventuais adversários não alinhados à gestão, internos ou externos, mas tão somente como instrumento de análise criteriosa de riscos operacionais e de gerenciamento de controles internos. O profissional, o servidor ou o conjunto de servidores aos quais forem conferidas tais atribuições deverão ser vistos, para o bem da administração,

de forma positiva, como guardiões das normas e procedimentos vigentes em todas as esferas da organização.

Com essas considerações e premissas, nos apressamos, logo após a posse na Presidência do TJMG, em instituir o nosso PAR, com base em nosso plano de gestão. Nossa motivação para adotar essa medida é resultado da consciência de que a administração pública tem por obrigação acompanhar a evolução dos mecanismos modernos de gestão, para oferecer o melhor serviço possível ao cidadão, contendo eventuais desvios ou danos à administração pública. Não nos motivou, portanto, qualquer preocupação de ordem policalesca, até porque o tribunal de Minas tem sido um modelo histórico de gestão no que diz respeito à lisura dos atos administrativos.

Nossa expectativa é a de que a iniciativa venha a produzir os resultados que dela esperamos, tornando mais efetivas e transparentes nossa relação com fornecedores de toda espécie, e venha a frutificar, podendo até servir como referência para outras instituições do Poder Judiciário. ■

*Presidente do
TJMG

Obra de Cabo Frio é vistoriada

Colônia será reaberta para o final de ano

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, acompanhado da engenheira Mara Lúcia de Carvalho, coordenadora do Departamento de Administração, Colônia de Férias e Patrimônio da Associação, visitou, no dia 28 de agosto, a obra de revitalização e modernização dos oito apartamentos da Amagis na colônia de Cabo Frio (RJ), que devem ser reabertos para as festas de final de ano e férias de verão.

A reforma inclui a troca de toda a fiação elétrica dos quadros de distribuição de energia, a ampliação do banheiro da suíte para melhorar o acesso ao box, a modernização da cozinha, com melhor aproveitamento do espaço, a troca do piso, dos acabamentos dos banheiros, do mobiliário e dos aparelhos eletrodomésticos. Os apartamentos receberão ainda uma nova pintura. A previsão é de que os trabalhos sejam concluídos até o início de outubro. ■

AMAGIS



Maurício Soares e Mara Carvalho

Ubatuba promove festival gastronômico

Evento deste ano valoriza a culinária caiçara

Até o dia 16 deste mês, os magistrados ou membros do seu grupo familiar que se hospedarem na colônia de férias da Amagis em Ubatuba, poderão participar do 10º Festival Gastronômico da cidade, que, neste ano, tem como tema o 'Sabor Caiçara'.

A fim de resgatar elementos da culinária dos primeiros habitantes da região litorânea das regiões Sul e Leste do Brasil, o povo Caiçara, os estabelecimentos participantes do festival utilizam ingre-

dientes da tradição local como a mandioca, gengibre, palmito, banana e frutos do mar.

Como o evento busca ainda valorizar o trabalho dos agricultores, maricultores e pescadores de Ubatuba, os chefs dos restaurantes poderão trabalhar com produtos mais frescos. Em função do festival, os pratos oferecidos aos visitantes terão preços promocionais.

HOSPEDAGEM

A poucos metros da praia, a Amagis disponibiliza aos associados seis casas no Condomínio Del Mar, sendo um delas adaptada para pessoas portadoras de necessidades especiais.

Os imóveis têm capacidade para 10 pessoas, possuem três quartos (duas suítes), sala com TV e cozinha equipada com fogão, geladeira e microondas. Na área externa, há uma churrasqueira. Os visitantes deverão levar roupas de cama, mesa e banho, além de ferro de passar, caso considerem necessário.

Os membros do grupo familiar que tenham interesse em participar do festival poderão se hospedar na colônia de Ubatuba sem a presença do associado titular, caso haja unidades disponíveis. É importante ressaltar que eles devem ser cadastrados previamente e só podem usufruir desse benefício fora dos períodos de alta temporada. ■



Informações sobre as colônias podem ser obtidas pelo e-mail cacia@amagis.com.br ou pelo telefone (31) 3079-3459

CONVÊNIOS

* RABUSCH

Descontos de 15% em roupas femininas adquiridas na loja, não acumulativo a outras promoções e serviços. Venda a domicílio, sob agendamento, com desconto de 5%.

Telefones: (31)

33181863 e (31)

983330286

Endereço: Au.

Cristiano Machado, 4.000, 1º andar, loja 11 – Minas Shopping, em BH

* BARBEARIA TORRES

Desconto de 10% no pagamento em dinheiro para os serviços realizados de segunda a quinta-feira.

Telefones: (31)

35684401 e (31)

36564202, no Buritis;

(31) 32671636 no Estoril,

em BH, e (31) 36546263

na Vila da Serra (Nova Lima)

Site: barbeariatorres.com.br

* MEB TRADUÇÕES

Aulas de inglês individuais ou, no máximo, para duas pessoas iniciantes, com deslocamento para o local do aluno nos valores de R\$ 60,00 e R\$ 55,00 ou com o custo de R\$ 50,00 e R\$ 45,00, respectivamente, caso o aluno vá ao local da aula. Tradução de texto do inglês para o português, do português para o inglês, incluindo traduções de textos jurídicos. Legendas em inglês e português, com 50% de desconto nos preços de acordo com a tabela do Sintra (sintra.org.br)

Telefone: (31) 99130-8912

Endereço: Rua Tarumirim 23 A – Bairro Ipiranga, em BH

STF terá novo presidente

Ministros Dias Toffoli e Luiz Fux tomarão posse no dia 17 de setembro

NELSONJF-SCO-STF



Ministro Dias Toffoli

O ministro Dias Toffoli tomará posse, no dia 17 de setembro, na Presidência do STF e do CNJ, para o biênio 2018-2020. Na mesma solenidade, o ministro Luiz Fux assumirá como vice-presidente da Corte. Os magistrados foram eleitos para as respectivas funções durante sessão ordinária do plenário do Supremo, realizada no dia 8 de agosto.

Natural de Marília (SP), Dias Toffoli formou-se na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. É professor colaborador do curso de pós-graduação da instituição, e foi nomeado como ministro do Supremo em outu-

bro de 2009, por indicação do ex-presidente Lula. O magistado irá suceder a atual presidente do STF, ministra Cármen Lúcia.

O futuro vice-presidente do STF, ministro Luiz Fux, é natural do Rio de Janeiro, atuou como ministro do Superior Tribunal de Justiça de 2001 a 2011, e foi nomeado para o Supremo pela ex-presidente Dilma Rousseff em 2011. ■

Ejef reforça importância da gestão

Curso contou com a participação de 76 magistrados

Com o tema o Fenômeno do Contencioso de Massa e da Corrupção pelo Poder Judiciário, a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) promoveu, dos dias 22 a 24 de agosto, mais uma edição do Curso de Aperfeiçoamento Jurídico e Gerencial para magistrados.

Na abertura dos trabalhos, da qual participaram o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e o 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Afrânio Vilela, a 2ª vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargadora Áurea Maria Brasil

IZABELA MACHADO



Áurea Brasil, Afrânio Vilela e Maurício Soares

Santos Perez, destacou que a gestão adequada de pessoas e pro-

cessos é imprescindível para se alcançar bons resultados.

A palestra de abertura foi mediada pela desembargadora Kárin Emmerich e contou com a participação da psicóloga e psicanalista Patrícia Ferreira da Costa, que falou sobre a gestão humanizada. Para a desembargadora, a capacitação é fundamental para que o cidadão receba uma prestação jurisdicional digna. ■

AMMP debate conjuntura em congresso

Presidente da Amagis participou da abertura do evento

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou, no dia 30 de agosto, a convite do presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Enéias Xavier Gomes, da abertura do 13º Congresso Estadual do Minis-

tério Público de Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte, com o tema Reflexão Sobre a Conjuntura e Avanços Institucionais.

A programação incluiu discussão de questões como a atuação do Ministério Público e o desenvolvimento socioeconômico, execução da

GEÓRGIA BACVAROFF



Enéias Xavier e Maurício Soares

sentença ambiental, lei anticorrupção e aspectos atuais da lei de improbidade e o sistema prisional seus mitos, verdades e alternativas. No dia 31, foi realizada a plenária final e a palestra do ministro do Luiz Fux, do STF, sobre análise econômica do direito. ■

Magistrados mineiros presentes em posse no STJ

Ministro João Otávio de Noronha presidirá o STJ no biênio 2018-2020

Natural de Três Corações (Sul de Minas), o ministro João Otávio de Noronha tomou posse, no dia 29 de agosto, na Presidência do STJ para o biênio 2018-2020, em cerimônia realizada em Brasília, da qual participou uma delegação de magistrados mineiros. A ministra Maria Thereza de Assis Moura tomou posse como vice-presidente do Órgão.

Entre os magistrados mineiros presentes na cerimônia, estavam o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes. O presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira, também participou da solenidade de posse.

Magistrados mineiros no STJ



Em seu discurso de posse, o ministro João Otávio de Noronha ressaltou a necessidade da ado-

ção de iniciativas que combatam questões como a inflação recursal e o alto grau de litigiosidade, a

exemplo da identificação dos "gargalos estruturais" que congestionam o tráfego processual. ■



A Justiça mineira é a campeã em

CONCILIAÇÃO

pelo segundo ano consecutivo

Índice de 18,8%.

Primeiro entre os tribunais de grande porte do país



DECISÃO completa 200 edições

Jornal atualiza magistrados sobre as ações da Amagis



Capa do 1º DECISÃO e do projeto gráfico atual

Criado com o objetivo de manter a Magistratura mineira atualizada sobre a carreira e a política associativa, como ações em defesa de direitos e prerrogativas, iniciativas voltadas para a valorização da classe articuladas pela Amagis, tanto em Minas Gerais quanto em Brasília, o jornal DECISÃO chega, neste mês, à sua edição de número 200.

Lançada na gestão do então juiz e ex-presidente da Amagis Doorgal Andrada, hoje desembargador, o primeiro número da publicação circulou em fevereiro de 2002. Nesses 16 anos de existência, o jornal DECISÃO passou por duas reformulações no projeto gráfico, acompanhando, cada uma delas, as tendências mais atuais do jor-

nalismo, a fim de oferecer ao público uma leitura mais fácil e agradável.

A primeira dessas mudanças foi feita em setembro de 2008, na gestão do ex-presidente da Associação Nelson Missias de Moraes, atual presidente do TJMG, e a mais recente, em abril de 2016, por orientação do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares.

O projeto gráfico do jornal adotado a partir de 2016 utiliza recursos que dão destaque às principais informações das matérias, por meio de infográficos, buscando o equilíbrio do conteúdo com estrutura de páginas menos densas e de fácil leitura. O jornal da Amagis Saúde também foi repaginado, seguindo os mesmos conceitos do DECI-

SÃO e recebeu o nome de +SAÚDE.

Além das alterações no projeto gráfico, em 2015, na gestão do desembargador Herbert Carneiro, ex-presidente da Amagis e do TJMG, o DECISÃO passou por uma mudança editorial. O jornal passou a publicar conteúdos exclusivos, como matérias especiais, iniciativas de juízes em prol da cidadania e o aperfeiçoamento do judiciário.

Também foi criada a editoria Painel do Magistrado, para a publicação de artigos dos associados. Os assuntos do dia a dia passaram a ser tratados de maneira analítica, buscando sempre manter a classe atualizada sobre as ações desenvolvidas em defesa dos seus direitos da melhor maneira possível. ■

RÁPIDAS

- ★ O desembargador Gilson Soares Lemes tomou posse, no dia 8 de agosto, como membro do Órgão Especial do TJMG, para o biênio 2018-2020.
- ★ O desembargador Marcos Lincoln tomou posse, no dia 27 de agosto, no cargo de desembargador substituto do TRE-MG.
- ★ A desembargadora, Valéria da Silva Rodrigues, superintendente da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj), apresentou, no dia 6 de agosto, as principais diretrizes do órgão para o biênio 2018/2020, quando também foram empossados os novos membros do Coinj. Veja abaixo a nova composição da coordenadoria.
- Aldina de Carvalho Soares
- Andrey Alcantara Ferreira Chaves
- Afrânio José Fonseca Nardy
- Flávio Schmidt
- Sérgio Luiz Maia
- José Roberto Poiani
- Marcos Padula
- Ricardo Rodrigues de Lima



Envie sua sugestão de pauta para imprensa@amagis.com.br

VIA JUSTIÇA

PENSAMENTO JURÍDICO

FOTOS: AMAGIS



Lei Maria da Penha

O programa Via Justiça analisa a situação da violência contra a mulher, nestes 12 anos de vigência da Lei Maria da Penha e após a sanção da Lei do Feminicídio. Participam do nosso programa, a juíza Maria Luiza Santana Assunção, magistrada com atuação no combate à violência doméstica, e Nádia de Castro Alves, professora e advogada. (Foto)

Direitos dos idosos

O tema é o crescimento da população de idosos em asilos públicos no Brasil. Para falar sobre o assunto, convidamos o juiz Michel Curi, da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Belo Horizonte, e o advogado Antônio Queiroz. Houve crescimento de 33% no número de idosos em asilos públicos no Brasil nos últimos cinco anos.

População de rua

Existem cerca de 4.500 pessoas nas ruas de Belo Horizonte. Conversamos com o juiz Sérgio Henrique Cordeiro, da 23ª Vara Cível de Belo Horizonte, e a secretária municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte, Maíra Colares. Qual é a realidade dessa ocupação, hoje, em Belo Horizonte?

Feminicídio

Abordamos o crescimento dos crimes de feminicídio em Minas Gerais. Para falar do assunto, convidamos a juíza Roberta Chaves, do 4º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, e a advogada Carla Sirlene, do Instituto de Ciências Penais (ICP)- MG. Por que a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio não estão conseguindo conter a violência contra a mulher? ■

União estável

De acordo com a legislação brasileira, para constituir uma união estável, é necessário que a convivência do casal seja pública, duradoura e tenha o objetivo de formar família. Para falar sobre o assunto, convidamos a juíza Fabiana Pasqua, da 7ª Vara da Família de Belo Horizonte. Um namoro de muito tempo pode configurar uma união estável? (Foto)

Método APAC

O modelo da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac - tem avançado e contribuído na ressocialização de pessoas em cumprimento de pena. Para falar sobre o assunto, convidamos o juiz Gustavo Moreira, da Vara Criminal e da Infância e da Juventude de Frutal, no Triângulo Mineiro.

Direito do turista

No período de férias, o número de consumidores afetados por golpes tende a aumentar devido às compras de pacotes de viagens pela internet. Nosso convidado, o juiz Renato Faraco, da 20ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte. Segundo levantamento, em janeiro deste ano, foram registradas 161.097 tentativas de golpe.

Paz em Casa

Nos últimos três anos, a Justiça brasileira julgou quase mil casos de feminicídio ou de tentativa de homicídio de mulheres cometidos dentro de casa. Conversamos com a juíza Maria Aparecida Consentino, do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Belo Horizonte. Qual o efeito dessa campanha e como ela pode contribuir para a sociedade? ■

TV JUSTIÇA

Quarta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 35)

TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30 (Canais 6 ou 13)

TV

Sexta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

TV JUSTIÇA

TV COMUNITÁRIA

Sábado, às 22h (Canais 6 ou 13)

AGENDA CULTURAL

MÚSICA

▶ JUAREZ MOREIRA SEPTETO

Data: 14 de setembro
Horário: 20h30
Local: Teatro do Centro Cultural Minas Tênis Clube
Ingressos: R\$ 20 (inteira) e R\$ 10 (meia)
Informações:
 centroculturalminasc.com.br

▶ MESA DE JORGE

Data: 15 de setembro
Horário: 22h
Local: Km de Vantagens Hall
Ingressos: R\$ 70,00 e R\$ 35,00
Informações: premier.
 ticketsforfun.com.br

▶ ARTUR PADUA – CAMPO ABERTO

Data: 4 de outubro
Horário: 20h30
Local: Teatro do Centro Cultural Minas Tênis Clube
Classificação: livre
Ingressos: R\$ 30 (inteira) e R\$ 15 (meia)
Informações:
 centroculturalminasc.com.br

▶ ROGER WATERS

Data: 21 de outubro
Horário: 21h
Local: Mineirão
Ingressos: R\$ 300,00 e R\$ 150,00
Informações: premier.
 ticketsforfun.com.br

TEATRO

▶ FALANDO A VERAS COM MARCOS VERAS

Data: 15 de setembro
Horário: 21h
Local: Teatro do Centro Cultural Minas Tênis Clube
Ingressos: R\$ 60 (inteira), até o dia 14/9, R\$ 80 no dia do evento
Informações:
 centroculturalminasc.com.br

▶ FABRÍCIO CARPINEJAR EM 'CUIDE DOS SEUS PAIS ANTES QUE SEJA TARDE'

Data: 4 de outubro
Horário: 21h
Local: Cine Theatro Brasil
Ingressos: R\$ 70,00 (Inteira) e R\$ 35,00 (Meia)
Informações:
 cinetheatrobrasil.com.br

▶ EMMANUEL – A LUZ DE CHICO XAVIER

Data: 5 de outubro
Horário: 20h30
Local: Cinte Theatro Brasil
Ingressos: R\$ 60,00 (Inteira) e R\$ 30,00 (Meia)
Informações:
 cinetheatrobrasil.com.br

INFANTIL

▶ CANÇÕES, HISTÓRIAS E BRINCADEIRAS MÚSICAIS – COM BIA BEDRAN E BANDA

Data: 16 de setembro
Horário: 16h
Local: Teatro do Centro Cultural Minas Tênis Clube
Ingressos: R\$ 20 (inteira) e R\$ 10 (meia)
Informações:
 centroculturalminasc.com.br

▶ CHAPEUZINHO VERMELHO

Data: 23 de setembro
Horário: 16h
Local: Teatro do Centro Cultural Minas Tênis Clube
Ingressos: R\$ 20 (inteira) e R\$ 10 (meia)
Informações:
 centroculturalminasc.com.br

▶ MEU AMIGO SABIÁ

Data: 13 e 14 de outubro
Horário: 16h
Local: Cine Theatro Brasil
Ingressos: R\$ 30,00 (Inteira) e R\$ 15,00 (Meia)
Informações:
 cinetheatrobrasil.com.br

ARTES VISUAIS

▶ SÃO FRANCISCO NA ARTE DE MESTRES ITALIANOS

Data: até 21 de outubro
Horário: 10h às 21h (terça a sexta); 10h às 18h (sábados, domingos e feriados)
Local: Casa Fiat de Cultura
Ingressos: Entrada Franca
Informações: casafiat.com.br

▶ ENTRE ACERVOS

Data: até 7 de outubro
Horário: 9h30 às 21h (terça a sábado); 16h às 21h (domingo)
Local: Palácio das Artes
Ingressos: Entrada Franca
Informações: fcs.mg.gov.br

BAÚ DE ACORDES

Tiago Parrela

ORLANDO SILVA – Há 40 anos, em 7 de agosto de 1978, a voz de Orlando Silva, Cantor das Multidões, silenciava com o falecimento do artista, vítima de um ataque cardíaco. A notícia causou comoção nacional e arrastou uma multidão às ruas. O público participou do cortejo entoando a valsa Carinhoso em homenagem ao cantor.

Se Francisco Alves ficou conhecido como o Rei da Voz, Orlando Silva tornou-se o Cantor das Multidões após uma temporada em São Paulo, onde chegou a cantar para o grande público que se formava em frente ao prédio da Rádio São Paulo.

“Lábios que beijei”, “Nada Além”, “Carinhoso”, “Aos pés da cruz” e “Risque” foram alguns dos sucessos cantados por Orlando Silva para seu público. Em entrevista concedida, o cantor dizia: “Vou cantando para o povo e para os presidentes. Getúlio gostava de A Jardineira. No último réveillon do grande presidente, ele me disse: “Orlandô, mê cantê A Jardê-nêira” – e me acompanhou batendo com o talher no prato. Agora o presidente JK prefere A Sertaneja. Ao fim de uma festa, ele fez sinal para que eu ficasse, e, com pessoas da família em volta, sentando-se à vontade, meteu o bico do pé direito no calcanhar do esquerdo arrancando o sapato, folgou satisfeito. “Bem, Orlando, já atendeu todo mundo, não? Agora, a minha”. E eu: “Sertaneja, se eu pudesse, se Papai do Céu me desse o espaço para voar”. ■

DIVULGAÇÃO



Orlando Silva

A BOMBA FISCAL DO BRASIL PARA 2019

País não consegue manter o controle de endividamento do governo

TARCÍSIO MARTINS COSTA*

Segundo o Deutsche Welle, publicado em 14 de março de 2018, "Em meio à instabilidade política e crise econômica, Brasil não cumprirá a chamada regra de ouro no ano que vem". A 'regra de ouro', como se sabe, é um princípio estabelecido no artigo 167 da Constituição Federal da República, regulamentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (1999). Significa que é preciso haver controle sobre os limites de endividamento do governo, o que, supostamente, pressupõe uma proteção aos investimentos,

Os economistas são unânimes ao afirmarem que o Brasil não vai cumprir a chamada regra, fato já admitido, mas nada debatido. O governo Michel Temer já propôs a sua revisão, mas devido à intervenção federal no Rio de Janeiro, não se pode mexer na Constituição. Além disso, a proximidade da eleição dificulta qualquer possibilidade real de votações polêmicas ocorrerem no Congresso Nacional. Para que o presidente não seja acusado de crime de responsabilidade, deve pedir uma espécie de "licença temporária" para descumprir a dita regra.

Pessimista com o cenário político, Luiz Carlos Beluzzo, que exerceu, por 20 anos, assessoria do ex-presidente da Câmara dos Deputados Ulysses Guimarães, "Não vê hoje no Brasil condições de construção de convergência e consensos sobre como se encaminha a questão do desenvolvimento do crescimento". E complementa: "... prioridades devem ocorrer, e o ideal é que os políticos possam fazer essas mediações, algo inimaginável no Brasil de hoje". A encenação, segundo ele, é que o País vive uma flutuação econômica de grandes proporções, provocada pelos desajustes da política econômica. O índice de desemprego atingiu mais de 14 milhões de pessoas e o déficit público saltou de 0,6% do PIB, em 2014, para 3,8%. Para não falar dos milhares de brasileiros que estão vivendo de bicos.

Numa crise, enfatizam os experts, é impossível cumprir a regra de ouro. Porém, mudá-la

não seria inédito. A Europa e os Estados Unidos já usaram o mesmo expediente de flexibilização, em especial após a crise de 2008.

Para Samuel Pessoa, economista de renome, é inevitável que a bomba fiscal exploda no colo do próximo presidente. Temas espinhosos do endividamento não poderão ser ignorados neste ano. Logo, não há espaço para "estelionatos eleitorais", como o cometido por Dilma Rousseff. Em suma, não se pode mais fazer esse jogo de enganar as pessoas, diante de uma situação dramática.

Três economistas ouvidos pela DW Brasil enxergam na política os entraves para o debate econômico. Segundo eles, os fortes interesses corporativos impedem discussões

centrais como a reforma da previdência e a reforma tributária, medidas necessárias para desarmar a bomba fiscal. Porém, não acreditam num debate desse nível durante as eleições, pois discussões deste tipo podem custar votos. O que se espera é que os candidatos não fechem as portas para assuntos espinhosos.

O cenário de instabilidade política brasileira e as incertezas sobre quais serão os rumos da eleição presidencial, sem dúvida, contribuirão para detonar a bomba fiscal no País. Os economistas são unânimes ao afirmar que o país não vai cumprir a chamada a regra, repito, fato já admitido, mas não debatido na classe política, especialmente entre os 13 candidatos à Presidência, a maioria inexpressivos.

Todavia, temas espinhosos do endividamento não poderão ser escondidos e nem contornados pelos candidatos, máxime diante da situação dramática que atravessamos. Mas é inevitável que o próximo presidente terá que enfrentar o problema.

Quanto a isso, pacífica a questão. A pergunta que até agora ficou no ar e que os candidatos se furtam (ou não sabem) responder é esta: saberá ele, com sua equipe, resolver o problema? ■

*Desembargador

**"O CENÁRIO DE INSTABILIDADE
POLÍTICA BRASILEIRA E AS INCERTEZAS
SOBRE QUAIS SERÃO OS RUMOS DA
ELEIÇÃO PRESIDENCIAL, SEM DÚVIDA,
CONTRIBUIRÃO PARA DETONAR A
BOMBA FISCAL NO PAÍS"**

**"A PERGUNTA QUE ATÉ AGORA FICOU
NO AR E QUE OS CANDIDATOS SE
FURTAM (OU NÃO SABEM) RESPONDER
É ESTA: SABERÁ ELE, COM SUA EQUIPE,
RESOLVER O PROBLEMA?"**

Integramagis aborda qualidade de vida

Encontro reuniu Magistratura mineira em celebração do Dia dos Pais

FOTOS: GEORGIA BAÇVAROFF

Com a palestra sobre a "Qualidade de vida do homem moderno", ministrada pela médica do trabalho Jaqueline Paschoal Azan de Castro, a Amagis celebrou o Dia dos Pais, em sua sede, no dia 30 de agosto, reunindo magistrados e seus familiares em mais uma edição do Integramagis.

Na abertura do evento, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, que estava acompanhado do vice-presidente Financeiro da Associação, desembargador Alberto Diniz, destacou a importância do Integramagis para o congratamento e união da Magistratura mineira. "O Integramagis é um evento que nos orgulha muito, aqui na Amagis, porque já é tradicional, foi idealizado por valorosos colegas e proporciona encontros harmônicos e de muito conhecimento", afirmou.

Ao abordar o tema da palestra, Jaqueline Paschoal problematizou a rotina estafante dos magistrados e

como ela afeta o dia a dia de quem precisa lidar diretamente com o sofrimento e angústia das pessoas. "A atividade judicante envolve uma responsabilidade imensa pelo impacto que gera na sociedade e, ao mesmo tempo, é uma atividade extremamente solitária", comentou.

A médica observou que o peso da responsabilidade assumida pelos magistrados pode ter repercussão ainda maior, quando se leva em consideração a repercussão de suas decisões na sociedade. "O magistrado tem que lidar com as expectativas de toda uma comunidade quanto a um comportamento ou a um modo de vida exemplar. Tudo isso faz com que sua atividade seja um 'estressor' de grande impacto", afirmou.

Portanto, de acordo com a especialista a prevenção ao estresse é fundamental para se ter uma boa qualidade de vida. Segundo Jaqueline, o estresse desenvolve-se desde a prontidão, passa pela adrenalina, levando à exaustão.

Maurício Soares e Alberto Diniz



Magistrados e familiares no Integramagis



Entre os cuidados que as pessoas devem ter para evitar o estresse, a médica destacou que não se deve correr contra o relógio, levar tudo a ferro e fogo, ter uma boa alimentação com refeições nos horários certos, hábitos de vida saudáveis, controlar o peso com exercícios físicos e uma dieta adequada, realizar exames periódicos, manter a

qualidade do sono e a hidratação.

Para ela, a busca pela qualidade de vida é até mesmo um ato inconsciente. "A qualidade de vida é buscada mesmo que inconscientemente, desde a hora em que acordamos, e só vai cessar quando não existirem mais forças para esta busca", concluiu. ■

ESGOTAMENTO PROFISSIONAL

Síndrome de Burnout é uma resposta prolongada aos estressores no trabalho

OCTÁVIO MAIA SALIBA*

A síndrome de esgotamento profissional - Burnout - é uma resposta prolongada a estressores emocionais e interpessoais no trabalho.

O trabalho é parte integrante da vida das pessoas. Ele desempenha um papel central, contribui para sua maneira de ser, atribui-lhe uma identidade e o torna útil dentro de seu contexto familiar e social. Por meio do trabalho, a pessoa adquire independência econômica e reconhecimento. Já em 1881, o autor George Beard citava, no seu livro *American Nervousness - Causes and Consequences*, um quadro chamado Neurastenia, cujos sintomas eram mal-estar generalizado, falta de energia, exaustão física e mental, insônia, dificuldade de raciocínio, dores de cabeça, queixas físicas inespecíficas. Na mesma publicação, acreditava-se que as causas desse quadro eram iguais a: máquina a vapor, jornais publicados diariamente, telégrafo e as ciências, e para o qual o tratamento era naquela época: repouso, conversas terapêuticas, cocaína e eletroterapia (carregar as reservas de energia com corrente elétrica).

Já em 1960, foi publicado nos Estados Unidos um livro de Graham Greene, *A Burnt-Out Case*, sobre um arquiteto muito bem sucedido, que estava atormentado e desiludido e que demitiu-se do seu emprego e isolou-se numa floresta na África.

Em 1974, o psiquiatra americano Herbert J. Freudenberger, na sua publicação *Journal of Social Issues*, dizia: "quanto mais cansado eu ficava, mais eu me esforçava, pois tinha uma sobrecarga de trabalho". Dessa forma, ele dizia: "eu mesmo experimentei esse estado de burnout". E criou a nomenclatura Burnout para descrever esses sintomas originários do estresse no trabalho.

Em 1986, a psicóloga Christina Maslach estudou a estimulação emocional no trabalho e chegou à mesma conclusão de Freudenberger. Segundo ela, a síndrome de Burnout é composta por 3 dimensões: 1 - Esgotamento emocional ou exaustão,

que era uma perda de energia, uma debilitação, uma fadiga e os indivíduos sentem que a sua energia vital e os recursos emocionais de que dispõem, esgotaram. É uma exaustão emocional. 2 - Despersonalização, que se caracteriza pelo desenvolvimento de atitudes negativas e inadequadas com relação às pessoas que lhe cercam; irritabilidade, retraimento, um certo endurecimento afetivo. 3 - Uma sensação de ineficiência e não realização pessoal, com perda de confiança nos seus atos e um alto conceito negativo. Um número crescente de pessoas com esse quadro tem problemas com sono, despertam ansiosas, chegam cansadas ao trabalho e permanecem nesse estado de desânimo ao longo do dia.

Na verdade, o Burnout surge quando os indivíduos experimentam demandas incessantes no trabalho e não dispõem de recursos adequados para atender a essas demandas.

O Burnout está associado a uma diminuição da satisfação no trabalho e a um menor comprometimento com o trabalho e com a organização.

Desencadeadores de Burnout: excesso de estresse mediado por longas horas de trabalho, fadiga, pressão na realização das tarefas, perda de sentido no trabalho, diminuição do suporte pela instituição, aumento da responsabilidade sem autonomia e flexibilidade, mudanças na cultura da instituição, falta de suporte pelos superiores, falta de liderança, problemas com o balanço entre a vida pessoal e o trabalho.

Fatores de risco para o Burnout: distúrbios de sono, alto nível de conflito no espectro vida pessoal - trabalho, trabalho interrompido por preocupações pessoais, estresse nas relações de trabalho, nível elevado de raiva, sentimento de solidão ou ansiedade, preocupação e ansiedade sobre a sua competência, dificuldade de desligar após o trabalho, uso regular de álcool ou qualquer outra droga.

Em 2005, foi revisado o diagnóstico de Burnout na CID 10 como uma dificuldade de controlar a vida caracterizada por esgotamento vital. Os sinais são: experiências diárias de baixa energia, dificuldade de concentração, irritabilidade, instabilidade emocional, tonturas, dificuldades de sono, ansiedade, depressão.

Podemos dividir os sintomas do Burnout em 2 tipos: físicos e emocionais. Físicos: dores musculares, dores de cabeça, cansaço, infecções recorrentes, labirintite, desencadeamento de outras doenças como diabetes, alterações da tireóide. Emocionais: insônia, perda de apetite, choro excessivo, alterações de humor, angústia, rigidez, negativismo, ceticismo, irritabilidade, tensão, frustração, depressão.

Muitas vezes, a própria pessoa não percebe que tem algo errado, e os sinais são percebidos pelos colegas ou pelos gestores do trabalho. A irritabilidade, o nervosismo e a falta de paciência são sintomas habituais. Também costumam estar presentes, mudanças de comportamento, faltas frequentes ao

trabalho, redução do ritmo de produção e mais dificuldade nas tomadas de decisão.

Segundo a teoria da equidade, há sempre uma busca de reciprocidade nas relações interpessoais. O relacionamento sem reciprocidade desemboca num estado de estresse. A falta de reciprocidade no trabalho está relacionada com o Burnout e a falta de reciprocidade em relações íntimas está relacionada com a depressão. O processo de Burnout é iniciado por meio da elevação do nível de estresse emocional, que está sempre associado à sobrecarga no trabalho, conflitos, perda de controle.

Em 2004, foi ponderado que as consequências funcionais desse estresse reduziam a neurogênese do hipocampo no adulto e essa seria uma hipótese na neurobiologia do Burnout.

Passos para o desenvolvimento do Burnout: múltiplos sintomas físicos como dores de cabeça, nas costas, pressão alta. Sintomas cognitivos como diminuição da atenção e da concentração, diminuição da capacidade de decisão e assertividade. Sintomas emocionais como irritabilidade, tristeza, ansiedade, depressão e distúrbios de sono.

Existe uma correlação direta entre o desempenho e o nível de estresse - Lei de Yerkes-Dodson.

Nos estados de tédio, como fadiga e exaustão, o desempenho cerebral é menor.

A civilização moderna está predisposta ao aparecimento do Burnout devido à mobilidade, globalização, obsolescência do conhecimento, competitividade e demandas, além de causas ligadas à internet, como incapacidade de se desligar do bombardeamento de informações recebidas a todo momento.

Podemos fornecer mais informações e tratamento sobre esse tema e outros por meio da Amagis Saúde, com profissional especializado, o médico psiquiatra Dr. Octávio Maia Saliba, que fará parte do Programa Amor à Vida a partir deste mês. ■

*Médico Psiquiatra. CRMMG 7813

Amagis renova check-up

Sucesso do programa foi decisivo para medida do Conselho Gestor

GEORGIA BACVAROFF



Conselho Gestor reunido na Amagis

“Você passa por várias especialidades médicas, o que seria muito difícil de fazermos se não fosse pelo check-up”

**Desembargador
Sérgio André da
Fonseca Xavier**

Com o sucesso do Programa Check-up, lançado pela Amagis e Amagis Saúde há um ano, o Conselho Gestor de Saúde, reunido no dia 14 de agosto, decidiu renovar a vigência da iniciativa por mais dozes meses, a fim de ampliar o benefício ao maior número de usuários do plano.

De acordo com o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, a renovação do Check-up confirma não só que a iniciativa foi bem-sucedida, mas também que a Associação avança, a cada dia, na prevenção e promoção da saúde dos magistrados mineiros e familiares.

Nesse primeiro ano de vigência do projeto, foram realizados em média 100 check-ups por mês, entre os usuários do plano que têm direito ao benefício. Um dos magistrados que realizou o exame foi o desembargador Sérgio André

da Fonseca Xavier, que recomendou a todos fazerem o check-up. “Foi ótimo, porque concentrou tudo em uma data só, a data do aniversário, em um horário só. Você passa por várias especialidades médicas, o que seria muito difícil de fazermos se não fosse pelo check-up”, comentou.

Para a desembargadora Electra de Almeida Benevides, que realizou essa bateria completa de exames pela primeira vez, o check-up foi excelente. Ela disse ainda que o tempo de espera entre uma análise clínica e outra foi muito pequeno, e que a sequência de exames não gerou nenhum desconforto. “Essa iniciativa da Amagis me surpreendeu, principalmente porque, no mês do aniversário, é um prêmio para o associado. A Associação é que está de parabéns!”, afirmou.

Na avaliação do juiz José Ricardo dos Santos,

agilidade do atendimento é um aspecto positivo do programa criado pela Amagis. “De modo geral, o tempo do magistrado é muito apertado, mas eles marcam logo de manhã cedo. Você se desloca, comparece, é bem recebido, realizado tudo num local só”, disse.

O juiz Elias Charbil Abdou Obeid observou que as pessoas costumam deixar os cuidados com a saúde em segundo plano, e que, em algum momento, esse adiamento pode acabar sendo prejudicial. “No check-up, são feitos inúmeros exames, inclusive alguns que eu nunca tinha feito. Todos os exames são concentrados, realizados por profissionais extremamente capacitados, com atendimento especial”, avaliou o juiz ao sugerir aos demais magistrados que reservem um tempo na agenda para fazer o check-up. ■



Ligue para
(31) 3079-3499 ou
envie um
e-mail para
checkup@amagis.com.br

“Essa iniciativa da Amagis me surpreendeu, principalmente porque no mês do aniversário é um prêmio para o associado”

**Desembargadora
Electra de Almeida
Benevides**

“De modo geral, o tempo do magistrado é muito apertado, mas eles marcam logo de manhã cedo. Você se desloca, comparece, é bem recebido, realizado tudo num local só”

**Juiz José Ricardo
dos Santos**